O TEMPO CONTRA A VIDA:

Minerar, a intrusão e a paisagem

Myriam Bahia Lopes (PRPG-ACPS EA UFMG)

Regina Helena Alves Silva (História FAFICH UFMG)

RESUMO GERAL

QUADRO GERAL

Partimos do modelo colonial do extrativismo, seguido pelo modelo desenvolvimentista aplicado a partir da década de 1940, no Brasil, para propor, a partir de uma análise da história da paisagem das terras altas mineiras, estudar o trauma decorrente do extrativismo mineral. Forjado no contexto pós-segunda grande guerra mundial, no escopo do cartel mundial do aço que se por um lado, não mais dispõe de tanques e campos de batalha para escoar a produção siderúrgica, por outro, tem as terras arrasadas nos conflitos para reconstruir. Nessa moldura, o movimento de produção da "paz mundial" é vinculado à confecção de tratados mundiais de comércio com papeis geograficamente bem distribuídos na cadeia de transformação mineral. Se estabelecemos uma linha de continuidade entre ambos é que a nível local, o modelo de gestão do território associado ao extrativismo se estrutura como peça fundamental da dinâmica do capitalismo mundial.

As serras mineiras pulverizadas atravessam os mares. Para Carlos Drummond de Andrade, ao se referir ao destombamento do Pico de Itabirito no período da ditadura, "a máquina mineradora tratava de "tudo exportar bem depressa": Ficam buracos? Ora essa, /o que vale são divisas//que tapem outros ´buracos´/do Tesouro Nacional, /deixando os cacos/de um país colonial" (WISNIK, 2018, p 163.).

TEMPO

Na sessão livre proposta o conceito de vida e a noção de tempo são trazidos da biologia, da filosofia e da história para desconstruir a equação que associa o extrativismo, o emprego e o progresso. Trata-se de apontar a eficácia na persuasão dessa fórmula que fecha o leque de possibilidades de gestão do território na expressão "vocação minerária". E a partir de um enfoque crítico do tempo em suas **várias facetas** abrir a imaginação para outro futuro possível.

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: **kBa3g9JWWHWa**

O ritmo acelerado da bolsa de valores e de *commodities* é análogo à dinâmica dos jogos de azar, no qual não há um tempo de aprendizado, não há saber acumulado, pois cada jogada se inicia sempre do ponto zero. E como no giro da roleta, é a leitura instantânea da bolsa que determina a decisão tomada pela transnacional sobre a duração e a escala do extrativismo em sua planta local. A tragédia de Bento Rodrigues, Mariana, em 2015 é explorada com o auxílio da geografia, da história e do direito para se compreender como o ritmo do extrativismo pautado pela cotação da bolsa de Nova York é estabelecido fora da escala e do ritmo necessários à vida.

Destacamos ainda a urgência de se realizar a crítica do tempo linear associado ao tempo do progresso por meio da crítica da intensidade e da escala da atividade extrativista. A temporalidade da extração mineral que se pauta pelo tempo linear, mecânico, retilíneo se contrapõe ao tempo cíclico da água. Pensar o conflito entre a temporalidade cíclica e sustentável do regime hídrico, essencial no abastecimento de água de qualidade e o aniquilamento do equilíbrio do regime hídrico, a poluição e contaminação da água decorrentes da intrusão na montanha do extrativismo mineral nos leva a uma importante questão.

ÁGUA: PROPRIEDADE OU COMUM?

Ao estudar o processo de captura e sequestro da água pela mineração, a sessão livre encontra-se com a imagem da montanha ou serra representada como uma caixa d´água; imagem que vem sendo amplamente usada no debate internacional. Em 1992, por ocasião da Eco-Rio, a Suíça chamou a atenção para a necessidade de se reconhecer a montanha como um importante e frágil ecossistema, o que provocou a sua inclusão como um capítulo, de número 13, na Agenda 21. Dez anos depois, em 2002, foi criado o Ano Internacional da Montanha, ocasião na qual foi caracterizada a sua função análoga a de uma caixa d´água (*water tower*) que abasteceria dois terços da população mundial. Uma parceria internacional foi criada envolvendo dezenas de países – Afeganistão, Argélia, República da Federação Russa, Andorra, Argentina, Armênia, Áustria, Butão, Bolívia, Camarões, Chile, Colômbia, Congo, Cuba, Equador, Etiópia, França, Geórgia, que foi abrigada no Programa de Desenvolvimento Sustentável de Regiões de Montanha da ONU. No Dia Internacional da Montanha, em 11 de dezembro de 2014, na Conferência de Mudança Climática COP20, no Peru, ocorreu um evento paralelo sobre a Montanha e a Água no contexto da mudança climática. Outro processo interessante foi o da iniciativa da Ucrânia que, por intermédio do Programa do Meio-ambiente da ONU, promoveu a produção da *Carpatian Convention.*

Com Michel Serres pensamos que a intrusão do extrativismo na serra, a dissolução do horizonte e a poluição da água agem no sentido de (de)marcar a propriedade da transnacional extrativista no território. As terras altas mineiras necessitam de um projeto coletivo que articule os aspectos “existenciais, estéticos, culturais, econômicos, políticos e ambientais”. (Besse, 2012, p 6)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BESSE, J. Les Carnets du paysage: "La Montagne", No. 22, Versailles: ENSP/Acts-Sud, 2012.

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: **kBa3g9JWWHWa**

BENJAMIN, W **As teses da História**. Trad J M Gagnebin. Campinas, versão datilografada, 1982

SERRES, M. **O mal limpo**: poluir para se apropriar. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011

WISNIK, J M **Maquinação do mundo.** São Paulo, Cia das Letras, 2018

PALESTRAS

1 - FORMAS DE ENFRETAMENTO DA VIOLÊNCIA DOS DESASTRES DA MINERAÇÃO: A MEMÓRIA DE BENTO RODRIGUES

Regina Helena Alves Silva (História FAFICH UFMG)

Os territórios comuns com a mineração são conformados por relações assimétricas entre sujeitos que os constituem por seus laços e vínculos e que tem o direito de ali morar, trabalhar e conviver comunitariamente e as empresas que ali constroem um espaço de exploração. Territórios de mineração no Brasil são lugares de risco e conflitos, palco de disputas institucionais entre interesses. De um lado temos os interesses coorporativos que controlam a produção e a economia local, de outro temos visto a imobilidade da gestão publica e por fim, temos as comunidades que habitam esse território.

Um desastre da proporção do rompimento da barragem de Fundão em Mariana, Minas Gerais, tem uma dimensão social sem precedentes, afetou milhares de pessoas ao longo do rio Doce, provocou danos materiais e imateriais, prejuízos econômicos e destruição em larga escala produzindo um cenário de catástrofe afetando violentamente os espaços que foram tocados pela lama.

A partir da experiência do trauma de um desastre, da destruição da cidade, como se dá a construção social do espaço e do tempo pela população de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo?

2 – A SERRA DO GANDARELA, A MINA APOLO E AS VÁRIAS FACES DO CONFLITO

Rejane Maria da Silva Sanches (Fundação Estadual do Meio Ambiente/Governo do Estado de Minas Gerais)

A exploração mineral do território de Minas Gerais confunde-se com o período colonial brasileiro. Não obstante a isso, as reservas minerais ainda presentes tem sido foco de tensões entre o setor produtivo mineral e aqueles ligados à conservação ambiental, uma

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: **kBa3g9JWWHWa**

vez que, à medida que se expande a mineração, sobretudo a de ferro, expande-se, também, os impactos resultantes dessa atividade ao longo dos anos no estado. Desse modo, os interesses da indústria extrativa mineral, a demanda pela preservação ambiental e as noções de desenvolvimento sustentável compõem o caminho que nos guiam rumo à compreensão da complexa trama de relações que envolvem a gestão do território mineiro. Em uma abordagem multidisciplinar, apontamos a fragilidade da noção de desenvolvimento sustentável aplicado à mineração, notadamente quando confrontado com o conceito de território, associado ao urgente debate da escassez hídrica e às questões relacionadas à produção e ao consumo, observadas a partir da estratégia de uma grande empresa mineradora para aumentar a visibilidade da sua marca e sua inserção social.

3- O DIREITO HUMANO À ÁGUA APLICADO AO EXTRATIVISMO MINERAL

Bruno de Oliveira Biazatti (Direito UFMG)

Bem mais do que simples *commodity*, capaz de ser avaliada em termos econômicos, a água é sinônimo de vida; é elemento condicionante ao adequado funcionamento do corpo humano. Apesar de sua relevância para a sobrevivência humana, recursos hídricos são empregados, em escala alarmante, em vários setores industriais, sendo um dos mais graves, a mineração. Atividades de extração mineral empregam recursos hídricos em todas as suas fases e podem impactar seriamente o acesso à água em comunidades locais. Diante deste cenário, o presente texto tem dois objetivos principais. O primeiro é apresentar o acesso à água como um direito humano. Para tanto, serão analisados instrumentos jurídicos internacionais e estrangeiros em que este direito foi reconhecido. O segundo objetivo é indicar os impactos da mineração no exercício deste direito. Estes impactos serão analisados a partir de dois eixos centrais. No primeiro serão investigados os efeitos deletérios das atividades mineradores regulares, ou seja, os perigos que o funcionamento cotidiano das minas pode trazer ao abastecimento hídrico das populações. No segundo eixo, serão avaliados os impactos provocados pelos desastres ambientais decorrentes da mineração, em especial o derramamento de rejeitos. A tragédia do rompimento da barragem de rejeitos em Bento Rodrigues, Mariana, em 2015, será caso de estudo nesta fase da análise.

4-“O PICO DE ITABIRITO SERÁ MOÍDO E EXPORTADO”: MINERAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E O DESMANCHE DA PAISAGEM

Thaís Lanna Junqueira (PRPG- ACPS EA UFMG)

Em junho de 1961, o Conselho Consultivo da Dphan decidiu-se pelo tombamento do Pico de Itabirito, um ressalto topográfico marcante do relevo da Serra das Serrinhas, localizado na cidade de Itabirito, a 55km da capital mineira. O ato desencadeou um conflito entre os defensores da preservação do monumento natural e os que apoiavam a expansão da atividade mineradora na área, levando, em 1967, ao **destombamento** do Pico por despacho presidencial. Para explicar esse

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: kBa3g9JWWHWa

conflito, faz-se necessário compreender a trajetória da mineração na região e como ela vem atuando no desmanche da paisagem, no exaurimento dos recursos naturais, na traumatização das pessoas e na violência ao espírito do lugar, desde os tempos coloniais da extração aurífera até a consolidação do mercado mundial do aço no pós-Segunda Guerra. A partir disso, interessa-nos fazer uma leitura crítica da utilização dos discursos da vocação mineral e do desenvolvimento em Minas Gerais, mostrando o papel que tiveram no conflituoso processo de tombamento/destombamento do Pico de Itabirito. Espera-se, assim, dar luz a uma discussão antiga, porém atual, sobre os ônus coletivos gerados pela maquinação extrativista-exploradora do minério de ferro no Quadrilátero Ferrífero, cujo exemplo maior foi a catástrofe de Bento Rodrigues, Mariana (MG), em 2015.

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: **kBa3g9JWWHWa**